

DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA SITUACIONAL MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL: A CAMAS COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE GOVERNANÇA MARÍTIMA INTEGRADA NO ÂMBITO DA ZOPACAS

Contra-Almirante Luciano Calixto de Almeida Junior
Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul
Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul

CMG Ricardo Simonaio Morata
Comandante do Centro de Operações Marítimas
Comandante Local do Controle Operativo Brasil

Resumo

O Atlântico Sul tem sido historicamente caracterizado como uma região de relativa estabilidade no sistema internacional, consolidando-se como um espaço de paz e de cooperação entre os Estados costeiros. Entretanto, a intensificação dos fluxos marítimos, a crescente complexidade das cadeias logísticas globais, a atuação de redes ilícitas transnacionais e o aumento da presença de atores extrarregionais vêm impondo novos desafios à segurança marítima regional. Nesse contexto, a consciência situacional marítima emerge como elemento central para a compreensão do ambiente marítimo e para a formulação de respostas coordenadas. O presente artigo analisa o papel da Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) como instrumento para o desenvolvimento da Consciência Situacional Marítima (CSM) e para a construção de um sistema de governança marítima integrada no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A partir de abordagem qualitativa e analítica, argumenta-se que a CAMAS representa uma base institucional consolidada capaz de integrar dados, alinhar procedimentos e coordenar ações, permitindo a evolução de um modelo de cooperação naval para uma arquitetura regional de governança marítima. Conclui-se que o fortalecimento de mecanismos existentes, associado ao compartilhamento de tecnologias e à integração de capacidades, constitui caminho pragmático para a preservação do Atlântico Sul como espaço de estabilidade, cooperação e autonomia regional.

1. INTRODUÇÃO

O Atlântico Sul tem sido historicamente percebido como uma região de relativa estabilidade quando comparado a outros espaços marítimos, especialmente àqueles marcados por disputas interestatais recorrentes. Essa condição, no entanto, não implica ausência de riscos, tampouco reduz sua relevância geopolítica. Ao contrário, a estabilidade regional constitui um ativo estratégico de grande valor, essencial para o funcionamento do comércio internacional, para a segurança energética e para a exploração sustentável de recursos naturais.

Ao longo das últimas décadas, o Atlântico Sul consolidou-se como um espaço fundamental para a circulação de mercadorias, energia e dados, tornando-se progressivamente mais integrado ao sistema econômico global. Esse processo de integração, contudo, trouxe consigo um aumento significativo da complexidade do

ambiente marítimo. A intensificação dos fluxos logísticos ampliou o volume de contatos a serem monitorados, enquanto a inserção de redes ilícitas transnacionais nas mesmas rotas utilizadas pelo comércio legítimo elevou o grau de risco associado às atividades marítimas. Paralelamente, observa-se o aumento do interesse de atores extrarregionais na região, o que introduz novas dinâmicas de poder e potencialmente pressiona a autonomia dos Estados costeiros. Nesse contexto, a estabilidade do Atlântico Sul deixa de ser uma condição natural e passa a depender de uma construção contínua, baseada em mecanismos de cooperação, monitoramento e coordenação.

Diante deste cenário, torna-se essencial o desenvolvimento de capacidades que permitam compreender o ambiente marítimo de forma integrada. A Consciência Situacional Marítima (CSM) surge, assim, como elemento central para a análise e o acompanhamento das atividades no mar, possibilitando a identificação de padrões, a antecipação de riscos e a orientação do emprego de meios. Surge, portanto, a oportunidade de analisar o desenvolvimento da CSM no Atlântico Sul, destacando o papel da Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) como instrumento para a construção de um sistema de governança marítima integrada no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

2. REFERENCIAL TEÓRICO: CONSCIÊNCIA SITUACIONAL MARÍTIMA E GOVERNANÇA

A CSM pode ser compreendida como a capacidade de perceber, compreender e antecipar eventos no domínio marítimo, constituindo um elemento essencial para a segurança marítima contemporânea. Sua função é transformar dados dispersos, provenientes de sensores, sistemas de monitoramento e fontes diversas, em informação estruturada capaz de orientar decisões no nível estratégico e operacional. No entanto, a literatura especializada destaca que a simples disponibilidade de informação não é suficiente para garantir a estabilidade no mar.

Geoffrey Till (2018)¹ afirma que a “Boa Ordem no Mar” exige o desenvolvimento de três requisitos fundamentais: uma política marítima capaz de estabelecer objetivos nacionais para o uso do mar, uma governança marítima integrada que articule os diversos órgãos responsáveis pela gestão do ambiente marítimo e uma CSM que proporcione conhecimento abrangente das atividades desenvolvidas no domínio marítimo. Esses três requisitos são complementares e interdependentes.

A política marítima define as prioridades estratégicas, a CSM fornece a base informacional necessária para subsidiar decisões e orientar a ação do Estado e a governança marítima, por sua vez, deve ser entendida como um processo integrado, envolvendo não apenas forças navais, mas também agências civis, órgãos de aplicação da lei, instituições ambientais e atores internacionais.

O ambiente marítimo é, por natureza, compartilhado, e as ameaças que nele se manifestam ultrapassam fronteiras e competências institucionais, exigindo uma abordagem que combine capacidades coercitivas e não coercitivas. A elevação da probabilidade de detecção e do custo operacional das atividades ilícitas constitui

¹ TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. 4. ed. London: Routledge, 2018.

elemento central para a dissuasão, reforçando a importância de sistemas integrados de monitoramento e coordenação.

3. CAMAS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ESTRUTURA

A Organização da Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) tem suas origens nas reuniões entre Chefes Navais iniciadas em 1957, em um contexto em que a segurança das linhas de comunicação marítima já era percebida como elemento fundamental para a estabilidade econômica e estratégica dos Estados. Esse processo evolutivo culminou, em 1967, na formalização de uma estrutura permanente de cooperação naval combinada, voltada à coordenação do tráfego marítimo e à proteção das rotas marítimas.

Desde então, a AMAS consolidou-se como a mais antiga estrutura de cooperação naval combinada em funcionamento contínuo na América Latina. Sua longevidade demonstra não apenas sua relevância histórica, mas também sua capacidade de adaptação frente às transformações do ambiente estratégico. Ao longo das décadas, a organização manteve sua função central de coordenação, incorporando novas demandas e ajustando-se a um ambiente marítimo cada vez mais complexo.

A Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) exerce papel operacional central, por meio de um sistema rotativo no qual Oficiais-Generais das Marinhas da Argentina, Brasil e Uruguai se alternam no cargo, assegurando equilíbrio institucional, continuidade e compartilhamento de responsabilidades. Além de um Coordenador, a estrutura permanente da CAMAS é composta pelos assessores nacionais e pelos Comandantes Locais de Controle Operativo (COLCO), incluindo os do Paraguai, responsáveis por conduzir as ações inerentes à Direção, Monitoramento e Defesa do Comércio Marítimo, Fluvial, Pesca e outras atividades desenvolvidas nas águas de interesse dos quatro países que compõem a Área Marítima do Atlântico Sul, a fim de contribuir para a Segurança do Tráfego Marítimo e Fluvial Interamericano. O cargo de Coordenador da AMAS é exercido pelo Contra-Almirante Luciano Calixto de Almeida Junior, da Marinha do Brasil, desde 6 de março deste ano, quando assumiu do Contra-Almirante José Manuel Ruiz Tocci, da Marinha do Uruguai. Em 2028, haverá a transmissão do cargo a um Oficial-General da Marinha da Argentina, no sistema de coordenação rotativa bianual da Organização.



Figura 1 – Escudo do CAMAS

A atuação da CAMAS² baseia-se em mecanismos formais de intercâmbio de informações, padronização de procedimentos e coordenação operacional, conforme estabelecido em seu manual, permitindo alinhar práticas, garantir interoperabilidade e promover uma atuação conjunta eficaz.

4. OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA SITUACIONAL MARÍTIMA NO ÂMBITO DA ZOPACAS

A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)³, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, representou um marco político para os países da região ao estabelecer um espaço voltado à promoção da paz, da cooperação e do desenvolvimento no Atlântico Sul. Desde então, suas declarações ministeriais vêm reafirmando objetivos relacionados à segurança marítima, ao combate às atividades ilícitas, à proteção dos recursos marinhos e ao fortalecimento das capacidades dos Estados costeiros. Entretanto, a efetividade dessas diretrizes depende da existência de mecanismos permanentes capazes de transformar entendimentos políticos em capacidades concretas de monitoramento, coordenação e resposta.



Figura 2 – Mapa ilustrativo dos países membros da ZOPACAS

Nesse contexto, o desenvolvimento da CSM no Atlântico Sul apresenta-se como uma das principais oportunidades para fortalecer a cooperação regional no âmbito da ZOPACAS. Ao proporcionar uma percepção compartilhada do ambiente marítimo, a CSM reduz assimetrias de informação, amplia a confiança entre os Estados e cria condições para respostas coordenadas diante de ameaças que, por sua natureza, ultrapassam as fronteiras nacionais. Mais do que uma capacidade tecnológica, a CSM constitui um elemento estruturante da cooperação marítima, permitindo que decisões nacionais sejam apoiadas por uma compreensão regional do ambiente operacional.

² As informações oficiais sobre a estrutura da AMAS e suas atividades estão disponíveis em: < <https://www.coamas.org/> >.

³ A ZOPACAS é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Fonte: < <https://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx> >)

Entre as iniciativas capazes de impulsionar esse processo destaca-se o compartilhamento de tecnologias de monitoramento marítimo, como o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), desenvolvido pela Marinha do Brasil (MB). A disponibilização dessa capacidade aos países do Atlântico Sul ampliaria significativamente a visibilidade sobre o domínio marítimo regional, favorecendo a identificação de comportamentos anômalos, a detecção de atividades ilícitas e o acompanhamento dos fluxos marítimos de interesse comum. Da mesma forma, o emprego do Sistema de Coordenação de Área Marítima em modo Exercício (SISCAM-E) contribuiria para o fortalecimento da interoperabilidade entre as Marinhas participantes, proporcionando um ambiente comum para o planejamento, a condução e a avaliação de exercícios multinacionais.

Nesse contexto, destaca-se também o papel desempenhado pelo Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz), representante da Marinha do Brasil junto à CAMAS e principal órgão nacional responsável pela coordenação das atividades de segurança marítima. Ao integrar capacidades de monitoramento, coordenar o intercâmbio de informações e promover a participação brasileira nos mecanismos regionais de cooperação, o COMPAAz contribui para o fortalecimento da CSM e para a consolidação da governança marítima no Atlântico Sul.

Complementarmente, a institucionalização de mecanismos permanentes de intercâmbio de informações, por meio da designação de pontos focais nacionais e do estabelecimento de procedimentos padronizados para o compartilhamento de dados, representa uma medida de elevada relação custo-benefício para o fortalecimento da cooperação regional.

Ao integrar essas iniciativas, a ZOPACAS poderá evoluir de um espaço predominantemente voltado à concertação política para um ambiente progressivamente sustentado por capacidades técnicas e operacionais compartilhadas, criando condições para o desenvolvimento de uma verdadeira arquitetura regional de consciência situacional marítima.

5. A CAMAS COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA MARÍTIMA REGIONAL NO ÂMBITO DA ZOPACAS

Se a ZOPACAS estabelece os objetivos políticos da cooperação regional, torna-se necessário identificar quais mecanismos institucionais são capazes de implementá-los de forma permanente.

Sob essa perspectiva, a CAMAS apresenta-se como o instrumento mais consistente para materializar parte dessas iniciativas, em razão de sua estrutura consolidada, de seus procedimentos padronizados e da experiência acumulada ao longo de quase seis décadas de cooperação naval entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Embora concebida originalmente para coordenar aspectos relacionados ao controle do tráfego marítimo e à proteção das linhas de comunicação marítima, a CAMAS reúne características institucionais que lhe permite ampliar gradualmente seu escopo de atuação, acompanhando a evolução do ambiente estratégico do Atlântico Sul. Sua estrutura permanente de coordenação, aliada aos mecanismos de intercâmbio de

informações e à realização periódica de exercícios combinados, constitui uma base sólida para apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento da consciência situacional marítima regional.

Sob a ótica da governança marítima, a CAMAS pode ser compreendida como um mecanismo técnico-operacional capaz de conectar diferentes níveis de atuação. No nível nacional, integra sistemas de monitoramento e centros de operações marítimas; no nível regional, promove o intercâmbio de informações, a interoperabilidade e a coordenação entre as Marinhas participantes; e, no nível político-estratégico, oferece à ZOPACAS um instrumento concreto para implementar parte de seus objetivos relacionados à segurança marítima e à cooperação regional. Dessa forma, a CAMAS reduz a distância existente entre a formulação de diretrizes políticas e sua efetiva implementação operacional.

Essa perspectiva permite compreender a CAMAS não apenas como uma organização de coordenação naval, mas como um componente estruturante de uma futura arquitetura regional de governança marítima. Ao integrar capacidades nacionais, fomentar o compartilhamento de informações e fortalecer a consciência situacional marítima no Atlântico Sul, a CAMAS contribui para consolidar um ambiente de confiança mútua, ampliar a autonomia regional e reforçar a capacidade coletiva dos Estados Sul-atlânticos de preservar a região como uma zona de paz, cooperação e desenvolvimento.

6. PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL

Os recentes avanços na cooperação regional demonstram que o fortalecimento da consciência situacional marítima no Atlântico Sul deixou de representar apenas uma aspiração política para se consolidar como uma agenda em desenvolvimento. A aprovação da Política Marítima Nacional, em 2025, reforça essa perspectiva ao estabelecer o aprimoramento contínuo da CSM e da governança marítima como elementos essenciais para a proteção dos interesses marítimos nacionais e para o fortalecimento da cooperação internacional.

No âmbito da CAMAS, diversas iniciativas recentes evidenciam essa evolução. Primeiramente, o atual Coordenador realizou apresentação institucional da AMAS durante o 3º Simpósio Marítimo da ZOPACAS, no âmbito da 9ª Reunião Ministerial da ZOPACAS, no dia 10 de abril de 2026, no Rio de Janeiro, na qual destacou que o fortalecimento da segurança marítima regional depende diretamente da intensificação de exercícios conjuntos, da padronização de procedimentos operacionais e, sobretudo, da ampliação dos mecanismos de intercâmbio de informações entre os países membros. Cabe destacar que os Estados membros da ZOPACAS reafirmaram, no Art. 7º da Declaração do Rio de Janeiro⁴, “a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) como uma referência chave para o monitoramento das linhas de comunicação marítimas e fluviais e para o fortalecimento da consciência situacional marítima (MDA, na sigla em inglês),

⁴ Documento disponível em: < <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/arquivos/declaracao-do-rio-de-janeiro.pdf> >.

incentivando o desenvolvimento de arranjos cooperativos similares, conforme apropriado, no Atlântico Sudeste”.



Foto 1 – Apresentação do atual CAMAS no 3º Simpósio Marítimo da ZOPACAS

Em seguida, cumprindo o anúncio feito na apresentação do Simpósio Marítimo da ZOPACAS, o atual Coordenador da AMAS encaminhou cartas-convite aos Chefes das Marinhas e Guardas Costeiras dos países africanos integrantes da ZOPACAS, visando ampliar sua participação nos mecanismos regionais de cooperação, por meio do envio de observadores para atuar na CAMAS, do estabelecimento de pontos focais para o intercâmbio de informações de CSM e da disponibilização do SISTRAM e do SISCAM-E àquelas forças navais.

Mais recentemente, em 22 de abril, o atual Coordenador da AMAS realizou apresentação institucional durante reunião da Junta Interamericana de Defesa (JID), abordando os principais aspectos relacionados à segurança do tráfego marítimo no Atlântico Sul e ao fortalecimento da cooperação regional entre as Marinhas da área.

Essas iniciativas demonstram que a evolução da governança marítima regional pode ser construída a partir do aperfeiçoamento de mecanismos já existentes. Nesse contexto, a aproximação entre a CAMAS e a ZOPACAS representa uma oportunidade concreta para ampliar a cooperação regional e fortalecer a consciência situacional marítima como elemento estruturante da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul.

7. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da CSM no Atlântico Sul não depende da criação de novas estruturas institucionais, mas do fortalecimento e da ampliação de mecanismos já consolidados de cooperação regional. Nesse contexto, a ZOPACAS oferece o arcabouço político-estratégico para a promoção da paz e da cooperação no Atlântico Sul, enquanto a CAMAS reúne as condições necessárias para transformar essas diretrizes em capacidades permanentes de monitoramento, coordenação e intercâmbio de informações.

Ao promover o compartilhamento de tecnologias, a interoperabilidade entre as Marinhas e a padronização de procedimentos operacionais, a CAMAS fortalece a CSM

regional e amplia a capacidade dos Estados de responder, de forma coordenada, aos desafios comuns do domínio marítimo. Dessa forma, sua atuação extrapola a coordenação naval, contribuindo para a consolidação de uma governança marítima integrada no Atlântico Sul.

Conclui-se, portanto, que a integração entre a orientação político-estratégica da ZOPACAS e as capacidades técnico-operacionais da CAMAS constitui uma oportunidade concreta para fortalecer a autonomia regional e preservar o Atlântico Sul como uma efetiva Zona de Paz e Cooperação.